SEGURIDADE SOCIAL: O PROCESSO DE GESTÃO/FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GOIÂNIA/GO, DE 1997-2000

Elizângela Conceição Ribeiro (Acadêmica) Profa. Dra. Walderez Loureiro Miguel, (Orientadora) BIC/UCG

A pesquisa tem como eixo temático, “O processo de gestão/financiamento e controle social em Goiânia - 1993 – 1996”. É relevante na contribuição de um conhecimento abrangente em relação as suas três esferas da política de Seguridade Social que engloba a saúde, previdência e assistência social, onde fica claro que estas três dimensões são inseparáveis, pois uma depende da outra para sua ampliação e efetiva concretização.

Tem como objetivo contextualizar o processo histórico da Assistência Social em Goiânia, no período de 1993 a 1996 no que refere à gestão, financiamento e o controle social, na qual se pode avaliar e analisar em âmbito municipal e pesquisar o processo de implantação e implementação da política de assistência social no município de Goiânia. Faz-se também necessário conhecer como foram operacionalizadas as fontes de financiamento pelo órgão gestores da Assistência Social. Essa pesquisa e a monitoria em Teoria Política e Serviço Social vem contribuir na qualificação do conhecimento da pesquisadora na qual pode também subsidiar em sua formação continuada onde possa ampliar seus conhecimentos através do mestrado em Serviço Social, no que se refere às políticas sociais nas dimensões da gestão, financiamento e controle social, assim contribuir com a produção científica do SER/NUPESC/UCG.

A política de Assistência Social que se configura hoje como um direito social, vários atores sociais lutaram, construíram e deixaram uma história, houve grandes conflitos e embates para conquista dos direitos sociais e essa história ela continua sendo construída, para entender como se deu é preciso voltar na conjuntura política da década de 70 que marcou o principio da organização dos movimentos populares no ambiente da ditadura, os canais de participação estavam totalmente bloqueados. Somente na década de 80, com a transição democrática, começa a se destacar a questão da participação institucional, sobretudo a partir das eleições estaduais de 1982, que inauguram as experiências dos vários conselhos organizados no período. Tal participação é problemática e,...Ritualística. Desencadeiam-se conflitos e disputas em função dos processos de cooptação e manipulação que caracterizavam relações entre grupos populares e governos. No final da década, inicia-se a experiência dos conselhos criados a partir da nova Constituição, para onde convergira o processo acumulado até então. O tema da institucionalização da participação torna a ser apresentado, só que agora em novas bases e num contexto sóciopolítico moldado pelas alterações peculiares dos primeiros anos da década de 90. (...) Nesse novo contexto societário, os movimentos populares e a organização coletiva passam a ser interpelado, o que os obrigou a redefinir concepções e práticas adotadas. A criação de novos fóruns de participação da sociedade civil no âmbito das políticas públicas é impulsionada pelo movimento associativo que mobiliza novas

organizações e sujeitos sociais. Trata-se agora de penetrar na institucionalidade estatal para inscrever conquistas e direitos e interferir na própria definição e gestão das políticas sociais e redimensionar, ao mesmo tempo, o padrão de regulação das relações entre Estado e sociedade civil. Raichelis (2005: 272-73).

Numa determinada conjuntura é necessário fazer essa uma relação histórica, pode-se dizer que quando Gramsci fala da hegemonia como “direção intelectual e moral”, afirma que essa direção deve exercer-se no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social. Isso porque não há direção política sem consenso. A hegemonia pode criar, também, a subalternidade de outros grupos sociais que não se refere à submissão à força, mas também às idéias. Não se pode perder de vista que a classe dominante repasse a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina “aparelhos privados de hegemonia”, incluindo: a Escola, a Igreja, os Jornais e os meios de comunicação de maneira geral. Esses aparelhos têm por finalidade inculcar nas classes explorada a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural. Simionatto (2004: 44).

A partir dessas colocações observa-se que para compreender uma determinada conjuntura se faz necessário aprofundar em sua totalidade histórica, política, social, econômica e cultural; tema esses que direcionam em determinados períodos da história em certos embates sociais, mostra-se a importância de uma análise no que se pode contribuir como um intelectual orgânico na construção de um novo projeto societário, esse projeto só poderá ser construído com o exercício/participação da sociedade civil de uma forma politizada e organizada, articulada onde possam contribuir nas decisões tomadas de uma forma democrática.